

Direito do Trabalho e Imigração

IMIGRANTES INDOCUMENTADOS E A PROTEÇÃO DA OIT

2022

Daniela Wernecke Padovani

DIREITO DO TRABALHO E IMIGRAÇÃO
IMIGRANTES INDOCUMENTADOS E A PROTEÇÃO DA OIT
© ALMEDINA, 2022

AUTORA: Daniela Wernecke Padovani

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

ESTAGIÁRIA DE PRODUÇÃO: Laura Roberti

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556275376

Junho, 2022

1649247

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Padovani, Daniela Wernecke
Direito do trabalho e imigração : imigrantes indocumentados
e a proteção da OIT / Daniela Wernecke Padovani. – São Paulo : Almedina, 2022.

Bibliografia

ISBN 978-65-5627-537-6

1. Brasil – Migração
2. Direito de migração
3. Direito do trabalho
4. Direito do trabalho – Brasil
5. Emigração e imigração – Legislação
6. Estrangeiros – Estatuto legal, leis, etc. – Brasil
7. Trabalhadores imigrantes – Proteção I. Título.

22-106241

CDU-34:331.5(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Imigração : Direito do trabalho 34:331.5(81)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj. 131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1 – O DIREITO AO TRABALHO NO PANORAMA DAS MIGRAÇÕES	35
1.1. Apresentação da problemática e sua contextualização jurídica	35
1.2. Migrações no cenário da globalização	44
1.2.1. Migrações na América Latina	54
1.2.2. Fenômeno migratório no Brasil	64
CAPÍTULO 2 – O DIREITO AO TRABALHO DOS IMIGRANTES INDOCUMENTADOS: DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS	75
2.1. Quem são os imigrantes indocumentados	75
2.2. O direito ao trabalho	85
2.3. A universalidade dos direitos humanos e a discussão sobre soberania estatal e nacionalidade	93
2.4. Os limites do mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana	109
CAPÍTULO 3 – DIREITO AO TRABALHO NO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	119
3.1. O propósito da Organização Internacional do Trabalho: Constituição da OIT e Declaração de Filadélfia de 1944	119
3.2. A trajetória da Organização Internacional do Trabalho na busca do trabalho decente	130

3.2.1. Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho	130
3.2.2. Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa	136
3.3. A proteção dos trabalhadores migrantes pela Organização Internacional do Trabalho	141
3.3.1. A Convenção nº 97 e a Recomendação nº 86 da Organização Internacional do Trabalho	143
3.3.2. A Convenção nº 143 e a Recomendação nº 151 da Organização Internacional do Trabalho	151
3.3.3. Demais convenções correlatas aos trabalhadores migrantes	159

CAPÍTULO 4 – CONFIGURAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS TRABALHADORES MIGRANTES INDOCUMENTADOS NO ARCABOUÇO NORMATIVO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

4.1. No âmbito do sistema global de proteção dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas – ONU	165
4.1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948	167
4.1.2. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos de 1966 e Pacto Internacional sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais de 1966	171
4.1.3. Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993	178
4.1.4. Convenção Internacional sobre Proteção de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias	181
4.1.5. O debate da questão migratória na comunidade internacional	184
4.2. Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA	196
4.2.1. Análise da Opinião Consultiva OC 18/03 da Corte Interamericana de Direitos Humanos	201

CAPÍTULO 5 – A REPERCUSSÃO DA NORMATIVA

DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO NO BRASIL	209
5.1. A internacionalização do direito ao trabalho na realidade brasileira	209

5.2. Compromisso do Brasil enquanto membro da Organização Internacional do Trabalho	214
5.3. Direito ao trabalho na Constituição Federal de 1988	219
5.4. Reconhecimento do direito ao trabalho aos imigrantes indocumentados no âmbito infraconstitucional	223
5.4.1. Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile	224
5.4.2. Lei de Migração nº 13.445/2017	231
5.5. A política migratória brasileira	237
CAPÍTULO 6 – TRATAMENTO DA CONDIÇÃO MIGRATÓRIA INDOCUMENTADA PELA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: UM REFERENCIAL PARA O DIREITO AO TRABALHO	247
6.1. O prometido versus o assegurado: uma contradição normativa da OIT	247
6.2. A questão migratória indocumentada: avanços e retrocessos da OIT em relação à dinâmica normativa global e regional interamericana	258
6.3. Perspectivas para a proteção dos trabalhadores imigrantes indocumentados	263
CONCLUSÕES	267
REFERÊNCIAS	273